
ἄρχαί

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL
THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

ARTIGO ORIGINAL | ORIGINAL ARTICLE

Contra os Gramáticos de Sexto Empírico: tradução anotada, terceira parte (M 1. 169- 247)

*Against the Grammarians by Sextus Empiricus: annotated
translation, part three (M 1. 169-247)*

Joseane Mara Prezottoⁱ

<http://orcid.org/0000-0001-7833-2425>
joseane.prezotto@gmail.com

ⁱ Universidade Federal do Ceará – Fortaleza – CE – Brasil

PREZOTTO, J. M. (2019). *Contra os Gramáticos de Sexto Empírico: tradução anotada, terceira parte (M 1. 169-247)*. *Archai* 25, e02509.

Resumo: Tradução anotada de parte (*M* 1. 169-247) do tratado *Contra os Gramáticos* do filósofo cético pirrônico Sexto Empírico (séc. II d.C.). Nesta passagem, o filósofo dá continuidade ao ataque contra a parte técnica da gramática, abordando o tratamento gramatical da ortografia, helenismo e etimologia e advogando, contra o critério técnico dos gramáticos, pelo critério prático do uso comum. O espaço que ele destina a argumentos que, muito provavelmente, são de origem epicurista, e não cética, é considerável. Isso poderia sugerir que sua fonte principal fosse uma obra de ataque à doutrina gramatical, nos moldes daquelas ligadas à tradição epicurista de polêmica contra disciplinas que teriam a pretensão de se antepor à filosofia. As notas da tradução buscam esclarecer questões subjacentes ao argumento sextiano, justificar nossas escolhas tradutórias e disponibilizar informações que viabilizem traçar paralelos entre a passagem em questão e outras obras do autor ou do período.

Palavras-chave: Sexto Empírico, ceticismo, epicurismo, gramática, helenismo.

Abstract: Annotated partial translation (*M* 1. 169-247) of the treatise *Against the Grammarians* written by the Pyrrhonian skeptical philosopher Sextus Empiricus (II C.E.). In this section, the philosopher continues his attack against the technical part of grammar, addressing the grammatical treatment of orthography, Hellenism and etymology and advocating, against the technical criterion of the grammarians, the practical criterion of common use. The space he assigns to arguments that are most likely to be of epicurean origin rather than skeptical is considerable. This might suggest that its main source was a work of attack on grammatical doctrine, along the lines of the epicurean tradition of polemic against disciplines that would claim to be at the forefront of philosophy. The notes of the translation seek to clarify questions underlying the Sextian argument, to justify our translational choices, and to provide information that makes it possible to draw parallels between the passage in question and other works by the author or the period.

Keywords: Sextus Empiricus, Scepticism, Epicureanism, Grammar, Hellenism.

Contra os Gramáticos é um texto escrito pelo filósofo cético pirrônico, e também médico, Sexto Empírico, por volta do século II d.C.¹ Está integrado a uma obra maior, *Contra os Professores*, dedicada ao ataque de seis disciplinas centrais na vida intelectual dos gregos antigos: gramática, retórica, geometria, aritmética, astronomia e música. Além de expressão do posicionamento filosófico sextiano, em sentido amplo, esses tratados são importante fonte de informação histórica sobre tais áreas do conhecimento.

O ataque empreendido por Sexto nos seis livros do *Contra os Professores* insere-se no contexto amplo de sua oposição às filosofias dogmáticas através da crítica aos conhecimentos teóricos construídos com base em raciocínios especulativos. A crítica sextiana envolve a identificação das disciplinas do ciclo (*enkuklia mathemata*) com artes (*tekhnai*) racionais ou teóricas, nos moldes em que seus ‘praticantes’ costumavam enaltecê-las. Seu propósito seria não a transmissão e aquisição de habilidades com fins puramente práticos, mas a construção de teorias acerca da natureza das coisas. Sexto ataca, em vista disso, o estudo racional com pretensões teóricas, a incoerência interna e as consequências aporéticas do *método racional*, além de sua inutilidade para a vida.

O ataque a uma tradição é visível no *Contra os Gramáticos*. Sexto provê, nesse livro, um panorama da constituição dos saberes nessa área. Que ele mimetiza, não sem ironia, supomos, a disposição de um tratado gramatical do período é algo que se pode notar desde o início da obra. Aí alude às introduções laudatórias da gramática, logo a seguir, expõe e critica suas definições e, então, passa ao ataque das partes da gramática: *técnica* (que se ocupa de letras, sílabas, nomes, partes da sentença, ortografia, correção, etimologia); ‘histórica’ (que trata dos personagens, lugares, etc.); e específica (o exame das obras literárias, propriamente ditas, em verso ou prosa). Neste artigo, apresentamos a tradução da seção do tratado que dá

¹ Sobre a vida de Sexto Empírico não sabemos praticamente nada. Teria vivido em um período entre o fim do século I d.C. e início do III d.C.

continuidade ao ataque contra a parte técnica da gramática, abordando ortografia, correção e etimologia.²

É razoável supor, tendo em vista a autoridade de que a filosofia estoica desfrutou no período helenístico, e a inter-relação entre o desenvolvimento desta e da disciplina gramatical, que Sexto nutrisse interesse especial pela área, além de, possivelmente, ter tido a sua disposição bastante material referente a ela. O espaço que ele destina, na passagem aqui traduzida, a argumentos que, muito provavelmente, são de origem epicurista, e não cética, é considerável. Isso poderia sugerir que sua fonte principal fosse não um tratado gramatical, mas uma obra de ataque à doutrina gramatical, nos moldes daquelas ligadas à tradição epicurista de polêmica contra disciplinas que teriam a pretensão de se antepor à filosofia.³

² Este artigo deriva de tese de doutorado financiada com recursos CAPES/REUNI e CAPES/PDSE (0862-12-6). O leitor poderá encontrar a tradução anotada das demais passagens em outras publicações de nossa autoria (ex.: Prezotto, 2017 e Prezotto, 2018). Encontra-se disponível também a tradução integral comentada (a partir de edição diferente da que utilizamos) de Brito & Huguenin (2015a) e, dos mesmos autores, uma tradução parcial (Brito & Huguenin, 2015b) que compreende trecho semelhante ao apresentado aqui.

³ A oposição às *tekhnai* mais célebre na antiguidade teria sido a dos epicuristas. Segundo Blank (1998, p. xxx), está atestada a existência de vinte e dois tratados epicuristas contra as disciplinas. Destes, possuímos grande quantidade de fragmentos provenientes de três tratados de Filodemo: *Sobre a Retórica*, *Sobre a Música* e *Sobre Poemas*. É comum aos três uma discussão sobre esses estudos serem ou não *tekhnai*, ou seja, sobre possuírem ou não um corpo de regras gerais, aplicáveis de modo fixo a casos particulares. A conclusão, no entanto, é a de que uma disciplina somente é útil para a sabedoria ou ‘felicidade’ se for conduzida e utilizada *pela filosofia*. A filosofia (ou *phusiologia*) é o único estudo, para os epicuristas, capaz de promover a tranquilidade da alma, já o estudo de pormenores ‘técnicos’ resulta apenas em trabalho, preocupação e perturbação. A partir das próprias indicações de Sexto, neste tratado e em *M* 6. 4-5, uma polêmica epicurista (dogmática) é a que visa demonstrar que uma arte ou estudo não é útil, mas prejudicial; enquanto a refutação cética e aporética pretende destruir a disciplina pelo ataque a sua estrutura *racional*. De forma que os argumentos de viés epicurista seriam aqueles que começam com declarações ou apologias feitas em nome da suposta arte e/ou aqueles que concluem que ela é inútil ou não é, de fato, uma *tekhne*. Os argumentos céticos, por sua vez, ocupar-se-iam de definições, teoremas e hipóteses, demonstrando que são incoerentes ou insubsistentes.

O texto grego de base para a tradução a seguir é o de J. Mau e H. Mutschmann, *Sexti Empirici opera*, vol. 3, 2ª edição, Leipzig: Teubner, 1961, presente no *corpus online Thesaurus Linguae Graecae*. A mesma edição serviu de base para a tradução de Blank (1998). Bury (1949), para as edições Loeb, segue a edição de I. Bekker (1842). Quando seguimos uma inserção sugerida por Blank, informamos em nota de rodapé e usamos o sinal <...>. No caso de uma supressão, a nota de rodapé traz o texto grego suprimido usando os símbolos: {...}, bem como a tradução da passagem.

Contra os Gramáticos (M 1. 169-247)

Sobre ortografia

[169] Pois bem, dizem que a ortografia⁴ assenta-se sobre três fatores: quantidade, qualidade e divisão de sílabas. Sobre a quantidade, quando queremos saber se aos dativos se deve adicionar um ι (*iota*), ou se palavras como *eukhalinos* ('com arreios bem postos') e *euodin* ('frutífero')⁵ devem ser escritas apenas com ι (*iota*) ou com ει (*épsilon* e *iota*).⁶ Sobre a qualidade, quando consideramos se *smilion* ('faca') e *Smyrna* ('Esmirna') devem ser escritas com ζ (*zeta*) ou com σ (*sigma*).⁷ Sobre a divisão, quando estamos em dúvida se na palavra *obrimos* ('robusto'), o β (*beta*) é começo da segunda sílaba ou

⁴ A noção de 'utilidade', ausente desde o § 56, aparece onze vezes nesta seção sobre ortografia e helenismo.

⁵ Blank, 1998, *ad loc.*: "possivelmente devêssemos ler χαλινοῦς ('freios', 'rédeas': *Ilíada* 19. 393) e ὠδῖνας ('dores do parto': *Ilíada* 11. 271)."

⁶ Não se pronunciava mais o iota subscrito desde ao menos a segunda metade do séc. II a.C. A grafia do /i/ longo como ει difundiu-se a partir do século I a.C. Em geral, os tratados ortográficos versavam sobre distinções que já haviam se perdido na língua falada.

⁷ Assim como a quantidade discute 'quantas letras', qualidade versa sobre 'quais letras'.

fim da anterior, ou, em relação ao nome *Aristion*, onde devemos colocar o σ (*sigma*).

[170] Mais uma vez essa exposição *técnica*⁸ revela-se inútil – sem levantarmos nenhuma das aporias mais sérias – primeiro, por causa do desacordo (*diaphonia*) e, em seguida, por causa de seus resultados mesmo.⁹ Naquele caso, porque os entendidos (*tekhnikoi*) no assunto estão em conflito entre si e vão estar para sempre em disputa uns com os outros, defendendo, para a mesma palavra, uns que deve ser escrita de uma forma, outros de outra. [171] Por isso é que devem ser confrontados com o seguinte questionamento: se uma exposição *técnica* sobre ortografia é necessária para a vida, nós, e todos os gramáticos que discordam sobre ela (e o desacordo permanece insolúvel), estaríamos necessariamente paralisados diante do que se deve escrever. [172] Mas não paralisamos, nenhum de nós e nenhum deles. Ao contrário, todos alcançamos nosso propósito sem desacordos, precisamente porque de fato não é a ortografia que conta, mas uma prática (*tribe*) mais geral e unânime, segundo a

⁸ Mantemos as ocorrências em itálico na tradução, como um artifício para lembrarmos-nos de que o termo está relacionado à *tekhne*. A parte técnica da gramática tratou de elementos que, em algum momento da tradição, passam a ser os elementos centrais, senão únicos, dos tratados gramaticais: letras, partes da sentença, ortografia, helenismo. A tradução ‘exposição técnica’ verte o termo *tekhniologia* indicando a habilidade prática envolvida na disposição desses conteúdos, que se aproxima da confecção de manuais técnicos. Sexto, no entanto, reiteradamente afirma que o estudo técnico estava *necessariamente* integrado à gramática completa: “[94] ... a parte *técnica*, a ‘histórica’ e a que trata de poetas e escritores, isto é, as partes da gramática, são muito conectadas e entrelaçadas umas às outras. [95] Pois a análise dos poetas não acontece sem as partes *técnica* e ‘histórica’; e cada uma delas foi constituída em conexão com as outras.” Por outro lado, costuma-se localizar por volta do século I a.C. o início do processo de restrição do conceito de gramática ao tratamento técnico da língua. Processo que culminará, séculos mais tarde, com o surgimento da gramática como disciplina independente, ou seja, a área que conhecemos por ‘gramática tradicional’.

⁹ Esta organização lembra o *De Lingua Latina* de Varrão: primeiro, os argumentos a favor e contra a ‘disciplina’ em questão, depois a análise de seus resultados.

qual, todos, gramáticos e não gramáticos, usam as letras que necessariamente devem ser usadas para informar (*menusis*) a palavra, e somos indiferentes às que não são necessárias. Conclui-se, portanto, não ser necessária a orientação ortográfica dos gramáticos.

[173] Essa refutação teve por base a questão do desacordo. Já a que se configura com base nos resultados é bastante óbvia. Pois não nos causa qualquer prejuízo escrevermos o caso dativo com ι (*iota*) ou sem ι (*iota*), ou grafar *smilion* ('faca') e *Smyrna* ('Esmirna') com ζ (*zeta*) ou com σ (*sigma*), e, com relação ao nome *Aristion*, se o σ (*sigma*) pertence à sílaba anterior, ou se o colocamos com a seguinte.

[174] Contudo, se *smilion* ('faca'), por ser escrito com ζ (*zeta*) e não com σ (*sigma*), deixa de ser o que é e se torna *drepanon* ('foice'); se o nome *Aristion* ('aquele que desjeja'), por ser separado de uma forma e não de outra, se tornasse, como diria algum engraçadinho, *Deipnion* ('aquele que janta'), se fosse esse o caso, conviria não sermos indiferentes. Porém, se, independente da grafia, *smilion* ('faca') é *smilion* ('faca'), com ζ (*zeta*) ou com σ (*sigma*), e *Aristion* sempre *Aristion*, colocando-se o σ (*sigma*) com a sílaba anterior ou com a seguinte, que utilidade tem a interminável lenga-lenga vã dos gramáticos sobre essas coisas?

[175] Sobre ortografia, foram abordados os pontos principais. Para completar o ataque à parte *técnica*, veremos se possuem, ou não, um método consistente para a correção.

Se existe uma arte da correção (*hellenismos*)

[176]¹⁰ Que é preciso, com alguma parcimônia, cuidar da pureza do idioma que se fala¹¹ é, de imediato, óbvio, pois aquele que comete a todo momento barbarismos ou solecismos é menosprezado como ignorante. Por outro lado, quem fala grego corretamente é capaz de expressar com clareza e precisão o que pensa sobre as coisas. No entanto, há dois tipos de correção: um está desligado de nosso uso comum e parece proceder da analogia gramatical; o outro se adéqua ao uso dos gregos, tendo

¹⁰ Optamos por traduzir *hellenismos* ('helenismo') no título por 'correção', que assume os diferentes vieses que o termo grego teria, menos referir-se especificamente à(s) língua(s) grega(s). Junto com a ortografia, a correção foi a parte da gramática antiga mais afim ao caráter normativo ou prescritivo. Dos relatos antigos podem ser apontadas, em geral, duas tarefas principais da correção: correspondência entre a forma da palavra e o que ela nomeia no mundo e restauração da forma 'original' das palavras. Para guiar essas tarefas, alguns critérios são constantes: comparação com outras palavras (analogia), etimologia e adequação ao uso comum ou 'exemplar' (tradição literária: a partir da autoridade dos grandes escritores). A produção de tratados nessa área provavelmente foi considerável, contudo, restam-nos apenas fragmentos. Acerca do helenismo, as únicas contribuições que possuímos completas são passagens em obras com assuntos mais gerais: esta passagem de Sexto, Quintiliano I. 6, e uma passagem do *Sch. DThr.* (446.6-447.28) – em que são tratadas, em relação à forma da palavra, questões de ortografia, prosódia (quantidade, aspiração e acentos), fonética, flexão, distribuição dialetal e derivação; e, sobre o significado, mudanças no tempo e parassinônimos. Em sua *Retórica* (1407a19-20), Aristóteles diz que o helenismo é o princípio da 'expressão' (*leksis*) e aponta sua virtude (1404b1-2): clareza. Seu pupilo Teofrasto teria distinguido o helenismo como uma das quatro virtudes: helenismo, clareza, propriedade e ornamento. A mais antiga definição de 'helenismo' é a do estoico Diogenes da Babilônia, que lista as cinco 'virtudes do discurso' como: 'helenismo', clareza, concisão, propriedade e ornamento; definindo 'helenismo' como: 'fraseado sem erro de acordo com [um uso] técnico e não algum uso aleatório'. Tal 'uso técnico', que não está definido em parte alguma do sistema estoico, provavelmente referir-se-ia a critérios tais como os que apontamos e talvez marque a posição estoica em defesa da necessidade da 'correção técnica'; ver Frede, 1987, p. 310ss. Por outro lado, parece que os estoicos atribuíram grande importância ao uso comum na determinação da correção; ver Pagani, 2014, p. 360.

¹¹ A expressão de Sexto é *tas dialektous* que, a par de significar os 'dialetos' do grego, também pode significar 'línguas', em geral (*cf.* Arist. *Rh.* 3.2 1404b24).

origem na imitação (*paraplasmos*) e observação da fala cotidiana.¹²

[177] Assim, quem, a partir do nominativo *Zeus* ('Zeus'), forma os casos oblíquos como: *Zeos*, *Zeï*, *Zea*, se adequou ao primeiro tipo de correção. Já o que diz simplesmente: *Zenos*, *Zeni* e *Zena*, está usando a língua de acordo com o segundo tipo, com o qual estamos mais acostumados. Ou seja, há dois tipos de correção e consideramos que o segundo tipo seja útil, pelas razões antes mencionadas, mas o primeiro, ao contrário, é inútil, pelas razões que serão apresentadas a seguir.

[178] De fato, quando se utiliza uma moeda local em uma determinada cidade, de acordo com o costume, aquele que segue esse uso está apto a fazer seus negócios nesse local sem empecilhos. No entanto, aquele que não admite isso e, cunhando para si mesmo uma moeda nova diferente, pretende utilizá-la, será apontado como louco. O mesmo acontece com aquele que não deseja seguir na vida a maneira de falar que é comumente admitida, como uma moeda estabelecida, mas pretende talhar uma língua particular para si mesmo: está perto da loucura.

[179] Por isso, se os gramáticos tomam para si o encargo de transmitir uma certa arte a que chamam analogia, pela qual estaríamos obrigados a falar de acordo com aquele tipo de correção, devemos então demonstrar que tal arte é inconsistente, e os que desejam expressar-se de maneira correta devem dedicar-se à observação simples e não *técnica* da língua viva (*ho bios*) e do uso comum de muitos.

¹² Sexto dá imunidade à correção com base na observação não-técnica do uso comum, ou seja, o critério prático. E descreve como seu oposto, como procedimentos *técnicos*, os critérios da analogia, da etimologia e da autoridade. Em Quintiliano (I. 6. 1), os critérios são: razão, antiguidade, autoridade e uso – ao último, Quintiliano denomina 'um mestre confiável'.

[180] Assim, se existe uma arte da correção, ou ela tem princípios sobre os quais se fundamenta, ou não os tem. Os gramáticos não diriam que não os tem, pois toda arte deve estar fundamentada sobre algum princípio. Então, se os tem, são princípios *técnicos* ou não *técnicos*. Se são *técnicos*, fundamentam-se, sempre, ou em si mesmos, ou em outra arte, que, por sua vez, fundamenta-se numa terceira, esta terceira numa quarta, e assim por diante *ad infinitum*, de forma que, se não há princípio para a arte da correção, tampouco ela existe como arte. [181] Se se considera que os princípios são não *técnicos*, nenhum outro será encontrado a não ser o uso. Logo, o uso é o critério para o que é correto e o que é incorreto em grego (*anelleniston*), e não uma outra arte da correção.

[182] Além disso, dentre as artes, algumas são realmente artes, como a escultura e pintura, e outras apenas se proclamam como tais, mas não são artes totalmente e de verdade, como a astrologia caldeia, e a profecia sacrificial. Para verificarmos de qual tipo é a chamada arte da correção, se promessa apenas ou uma capacidade de fato, teríamos que ter um critério para a avaliação. [183] E assim, de novo, esse critério ou seria *técnico* (e relativo à correção do grego, já que teria sido estabelecido para avaliar se esta arte, que julga a correção do grego, julga apropriadamente), ou seria não *técnico*. Mas não poderia haver um critério *técnico* relativo à correção, por causa do que foi dito antes sobre o regresso ao infinito. E se esse critério for dito não *técnico*, não se encontrará nenhum outro senão o uso. Logo, o uso julgará também a própria arte da correção, e não haverá necessidade de uma arte.

[184] Assim, se de fato não há outro modo de falar grego corretamente a não ser aprendermos o grego correto junto à gramática, então, ou isso é algo evidente, que se vê por si mesmo, ou é não-evidente (*adeloteron*). Mas não é evidente, ou

haveria acordo unânime, como há acerca de todas as outras coisas evidentes. [185] Além disso, nenhuma arte é necessária para a apreensão do que é evidente, tal como não é necessária para ver o branco, provar um gosto doce, ou sentir calor. E, segundo os gramáticos, para falar grego corretamente, método e arte são necessários. Logo, falar grego corretamente não é algo evidente.

[186] E se for uma coisa não-evidente, e o não-evidente se conhece a partir de alguma outra coisa, seria preciso seguir algum critério natural, com o qual se distingue o que é correto e o que é incorreto. E empregar ou o uso de uma única pessoa que fale o grego de forma sumamente correta, para apreendê-lo, ou o uso de todos.

[187] Mas não temos um critério natural com o qual podemos distinguir o que é correto em grego e o que não é: porque para os atenienses dizer *to tarikhos* ('carne seca'), no neutro, está correto, e os peloponésios têm certeza que o correto é *ho tarikhos*, no masculino; e um diz *he stamnos* ('jarro'), no feminino, o outro *ho stamnos*, no masculino. De forma que o gramático não tem nenhum critério por si mesmo confiável para o que deve ser dito de uma forma e não de outra – a não ser o uso de cada um, o que não é *técnico* nem natural.¹³

[188] E, se disserem que se deve seguir o uso de uma única pessoa, ou isso é uma mera asserção, ou precisam apresentar provas metódicas. Mas, se dizem ser uma asserção, contrapomos a asserção de que se deve seguir de preferência o uso de muitos a um só. Se apresentarem metodicamente as provas de que tal sujeito fala grego corretamente, serão obrigados a chamar de critério para a correção não o sujeito,

¹³ Cf. discussão sobre feminino, masculino e neutro *por natureza* em § 143-154.

mas o método pelo qual demonstraram que ele fala grego corretamente. [189] Faltou então considerar o uso de todos. Se for isso, não é a analogia que é necessária, mas a observação de como muitos falam, do que admitem como grego correto ou evitam como incorreto.

A correção do grego se dá por natureza ou por convenção. Mas não é por natureza, porque se fosse, jamais aconteceria de uma mesma coisa parecer correta para alguns e incorreta para outros. [190] E se fosse por convenção e lei dos homens, aquele que tem mais prática e está mais habituado ao uso é que fala corretamente, e não o que domina a analogia.

Além disso, podemos demonstrar também de outra forma que nós não precisamos da gramática para falar grego corretamente. [191] Pois, nas conversas cotidianas, ou muitos irão se opor a nós no uso de algumas expressões (*lekseis*), ou não haverá oposição. E, se se opõem, irão, ao mesmo tempo, nos corrigir. De forma que, falar grego corretamente depende do que se aponta a partir da língua viva e não da gramática.

[192] E se os outros não se incomodam, mas se mostram familiarizados com o que estamos dizendo, como estando claro e correto, também nós iremos perseverar neste uso. E, ou todos (*pantes*) falam de acordo com a analogia, ou a maior parte (*pleistoi*), ou muitos (*polloi*): mas nem todos, nem a maior parte, nem muitos – porque dificilmente se encontram duas ou três pessoas que o façam, e a maior parte sequer conhece a analogia.

[193] Pois bem, já que é o uso de muitos, e não de duas pessoas, que é necessário seguir, deve ser dito que a observação do uso comum é necessária para falar grego corretamente, mas não a analogia. E, como em praticamente tudo na vida que é útil, é critério (*metron*) suficiente não se complicar para alcançar as coisas necessárias.

[194] Assim, se a correção foi aceita principalmente por causa de duas premissas: clareza e conformidade (*proseneia*) das expressões (já que falar (*phrazein*) metaforicamente, enfaticamente, ou de acordo com outras figuras (*tropoi*), foi algo agregado de fora e acessoriamente),¹⁴ vamos investigar através de qual das correções mais provavelmente se alcançam essas qualidades: a que segue o uso comum ou a analogia, e iremos então tomar seu partido.

[195] Percebe-se, contudo, que de fato mais vale o uso comum que a analogia. Logo, deve-se usar aquele, mas não esta. Pois, do nominativo *Zeus* ('Zeus'), formar os casos oblíquos *Zenos*, *Zeni*, e *Zena*; e, de *kuon* ('cão'), formar *kunos*, *kuni* e *kuna*, parece não somente claro, mas também sem objeções para muitos, e é próprio do uso comum. Mas, de *Zeus* dizer *Zeos*, *Zeĩ* e *Zea*; e, de *kuon*, dizer *kuonos*, *kuoni*, *kuona*; ou, a partir do genitivo *kunos*, considerar que o nominativo é *kus*; ou nas formas verbais dizer *phereso* e *blepeso*,¹⁵ por analogia a *kueso* ('engravidar') e *theleso* ('querer'), não somente não é claro, como também parece ser motivo de riso e mesmo de ofensa. E isso resulta da analogia. [196] Portanto, como disse, não é esta que se deve usar, mas o uso comum.

E pode ser que acabem mesmo por refutarem-se a si mesmos, pois, querendo ou não, é obrigatório seguir o uso e deixar de lado a analogia. Vamos, então, examinar o que eles dizem a partir disto, ou seja, a partir da consequência para eles próprios.

[197] Pois, perguntados se se deve dizer *khrestai* ou *khrasthai* ('servir-se de'), dirão que é *khrasthai*; e, quando se

¹⁴ Provavelmente esses elementos dizem respeito ao que era do domínio da retórica. *Phrazein* aparece somente aqui.

¹⁵ Os futuros irregulares correspondentes deveriam ser: *fero:oisso* ('trazer'); *blepo:blepsomai* ('ver').

pede uma prova disso, dizem que *khresis* ('uso') e *ktesis* ('aquisição') são análogos. Portanto, já que se diz *ktasthai* ('adquirir'), mas não *ktesthai*, assim também deveremos dizer *khrasthai*, e, de forma alguma, *khresthai*. [198] Mas se continuamos a investigar e perguntamos: 'como sabemos que a forma *ktasthai*, a partir da qual indicamos *krasthai*, está correta?' – respondem que é porque é de uso comum. E, ao dizer isso, confirmam que é preciso se ater ao uso como critério, e não à analogia. [199] Pois, se se deve dizer *khrasthai* porque no uso comum se diz *ktasthai*, então, vamos ter que deixar de lado a arte da analogia e retomar o uso comum, do qual também ela depende. De fato, a analogia é a comparação de muitas palavras (*onomata*) similares, e tais palavras são tiradas do uso. Portanto, também a consistência da analogia procede do uso.

[200] Pois bem, já que essas coisas são dessa forma, devemos confrontá-los com o seguinte: ou vocês aceitam o uso como confiável para distinguir o grego correto, ou o rejeitam. Se o admitem, a presente questão resolve-se por si mesma e não há necessidade da analogia. Se o rejeitam, visto que a analogia baseia-se propriamente nele, rejeitam também a analogia. E é absurdo aceitar uma mesma coisa como confiável e rechaçá-la como não confiável. [201] Porém os gramáticos, por quererem rejeitar o uso como não confiável, e, ainda assim, admitir esse mesmo uso como confiável, acabam por fazer com que uma mesma coisa seja confiável e não-confiável ao mesmo tempo. O fato é que introduzem a analogia para mostrar que não se deve falar segundo o uso, mas a analogia não tem validade se não tiver a confirmação do uso comum. [202] Logo, ao rejeitarem o uso através do uso, acabam por fazer com que seja confiável e não-confiável ao mesmo tempo.

A menos que digam isso não para rejeitar o uso comum ao mesmo tempo que o admitem, mas porque rejeitam um tipo e

admitem outro. Isso é o que dizem os discípulos de Pindário. “Todos concordam” – dizem eles – “que a analogia provém do uso, pois é uma teoria acerca do que é similar e do que é diferente, [203] e similar e diferente são ambos tomados do uso consagrado: e o que é consagrado, e também o mais antigo, é a poesia homérica. Nenhum poema mais antigo que a poesia de Homero chegou até nós” – vamos então conversar seguindo o uso de Homero!¹⁶

[204] Mas o fato é que, primeiro, nem todos estão de acordo sobre Homero ser o poeta mais antigo: alguns dizem que Hesíodo é anterior, também Lino e Orfeu, e muitíssimos outros. Na verdade, é sim plausível que houvesse poetas antes dele, ou contemporâneos, já que ele mesmo diz, em algum lugar: *‘pois entre o povo recebem mais altos louvores os cantos / que para o ouvinte mais novos lhe soam’*. [Odisseia I. 351-2 Trad. Carlos Alberto Nunes] Mas o brilho de Homero deixou esses poetas na obscuridade. [205] E, mesmo que se concorde ser Homero o mais antigo, ainda assim, nada razoável foi dito por Pindário. Pois, assim como estávamos em dúvida antes sobre¹⁷ ser preciso seguir o uso ou a analogia, agora também iremos questionar se é o uso ou a analogia e, se for o uso, se é conforme Homero ou conforme o resto das pessoas – sobre isso, Pindário nada disse.

[206] E, em segundo lugar, é preciso, sobretudo, seguir o uso que não nos torne motivo de risada. Mas, se fôssemos seguir o uso homérico, estaríamos usando um tal grego que cairiam na

¹⁶ Tal como apontou Dalimier (2002, *ad loc.*), esta frase é provavelmente uma conclusão irônica de Sexto, ou de sua fonte, e não parte da citação de Pindário, já que Sexto afirma em § 206 que Pindário não disse nada sobre qual uso deveríamos seguir. Além disso, como afirmou Blank (1998, p. 228), Pindário parece ter proposto a poesia homérica como *corpus* de referência para o trabalho do gramático, o que faz muito mais sentido (mesmo para um gramático) que a proposta de ‘reviver’ o grego homérico como língua falada.

¹⁷ Blank, 1998, *ad loc.* πότερόν ποτε ποῖ πότερόν τε.

risada quando nos saíssemos com coisas como *marturoi* ('testemunhas') e *sparta leluntai* ('as cordas estão soltas'), ou outras ainda mais estranhas. Logo, tampouco esse argumento é apropriado, além de que confirma a proposição que estávamos tentando estabelecer, ou seja, de que não há por que servir-se da analogia. [207] Pois qual a diferença entre seguir o uso da maioria e o uso de Homero? Para seguir o uso da maioria é necessário observação, e não analogia *técnica*, e é a mesma coisa quando se trata do uso de Homero. Pois iríamos moldar nossa fala a partir da observação de seu modo usual de se expressar.

[208] Em suma, assim como o próprio Homero não utiliza analogia, mas segue o uso comum das pessoas de seu tempo, também nós não iremos prestar atenção à analogia, nunca, embora tenha¹⁸ Homero como suporte, mas nos moldaremos (*paraplasso*) ao uso dos homens de nosso tempo.

[209] Assim, acabamos de concluir, a partir das consequências de seus argumentos, que, para falar grego corretamente, a analogia é dispensável, e a observação do uso comum é que é bastante útil. Provavelmente isso também ficará evidente¹⁹ a partir do que afirmam.

[210] Pois, quando definem barbarismo e solecismo, afirmam que: 'barbarismo é o desvio (*paraptosis*) do uso comum em uma palavra apenas'; e 'solecismo é o desvio do uso, e da coerência, em toda a construção (*suntaksis*).' [211] Contra isso, podemos logo dizer: mas se o barbarismo ocorre em uma palavra apenas e o solecismo na combinação (*suntaksis*) das palavras, e, como ficou demonstrado acima, não existe nem

¹⁸ Blank, 1998, *ad loc.*: com Blomqvist, 1968, p. 79ss. οὐκ ἀναλογία<ι> πάντως <προσ>ἐξόμεν βεβαιωτήν ἐχούση πορ 'οὐκ ἀναλογίας πάντως ἐξόμεθα βεβαιωτήν ἐχούση<ς>'.
¹⁹ Blank, 1998, *ad loc.*: com Bekker, <καί>.

palavra sozinha, tampouco a combinação delas, barbarismo e solecismo não são nada.

[212] Ainda, se se concebe o barbarismo em uma única palavra, e o solecismo na combinação das palavras, mas não em relação às coisas subjacentes (*ta hupokeimena pragmata*), então, que erro haveria em dizer ‘ele’ indicando uma mulher; ou ‘ela’, quando indico um jovem? Pois não cometi solecismo, já que não foi pronunciada uma combinação incoerente de muitas palavras, mas tão somente a palavra ‘ele’, ou ‘ela’.

[213] E tampouco cometi um barbarismo, pois a palavra ‘ele’ não desvia do uso, como ocorre com as formas *eluluthan* (*‘foram’) e *apeleluthan* (*‘afastaram-se’),²⁰ que são usadas pelos alexandrinos.

Seria possível apontar contra os gramáticos ainda muitos outros argumentos como esses. [214] No entanto, para não parecer que somos em tudo aporéticos, voltaremos à proposta do princípio e diremos que: se o barbarismo é um desvio do uso comum, observável em uma só palavra, bem como solecismo é o que se diz subsistir em muitas palavras; e é barbarismo dizer **trapeza*,²¹ porque não se usa esse verbo (*rema*), e é solecismo o *polla peripatesas kopiai mou ta skele* (‘tendo andado muito minhas pernas doem’),²² porque não se diz no uso comum;

²⁰ No ático, as terminações seriam em *-thasi*.

²¹ Os editores costumam corrigir o *τράπεζα* (‘trapeza’) dos MSS por *τράπεσα* (‘trapesa’), pois aquela não é uma forma verbal. Contudo, tampouco essa sugestão parece resolver a questão, pois, além de não estar atestada, é bastante improvável que fosse uma variante ou erro de qualquer forma de aoristo do verbo *τρέπω*, cf. Blank, 1998, p. 238. A tradutora francesa sugere a possibilidade de ser um desvio relacionado ao verbo **trapezao*, derivado do nome *trapeza* (‘mesa’). O verbo *trapezoo* (‘pôr sobre a mesa’, ‘fazer uma oferenda’) está atestado, cf. Dalimier, 2002, *ad loc*.

²² O particípio está mal empregado na frase grega: concorda com o sujeito lógico (‘eu’), e não com o sujeito gramatical ou com o genitivo possessivo. Casos semelhantes a estes e aos da seção seguinte são tratados como peculiaridades

então consente-se que ‘arte da analogia’ é um nome vazio, e que para não cometermos barbarismos ou solecismos é preciso observar, e adequar-se no falar, ao uso comum.

[215] Se mudassem de estratégia, e dissessem que o barbarismo é simplesmente ‘o desvio em uma palavra apenas’, sem acrescentar que é ‘contra o uso comum’; e solecismo ‘o desvio da coerência em toda a construção’, mas sem mencionar que é um ‘desvio do uso’, estariam numa posição ainda pior. Pois as seguintes frases contêm desvios em sua construção: ‘Atenas [pl.] é uma cidade bonita [sg.]’, ‘Orestes [masc.] é uma bela tragédia [fem.]’, ‘Os 600 [masc. pl.] é a assembleia [fem. sg.] da cidade’; e será preciso afirmar que são solecismos, quando na verdade não são, porque são usuais. [216] Portanto, não se julga o solecismo apenas pela coerência, mas pelo uso.

Depois da objeção com base nas consequências de seus argumentos contra si mesmos e em suas próprias afirmações, seria interessante também constrangê-los usando o argumento da transição por similaridade (*kata to homoion metabasis*).

[217] Porque, se de fato eles se posicionaram como teóricos da analogia, dar um chute na canela (*antiknemios*) é análogo a dar um chute no nariz (*rina*) ou no estômago (*gaster*), e como o primeiro é dito *antiknemiázein* (*canelar), por analogia seriam: *gastrizein* (*barrigar) e *mukterizein* (*narigar). O mesmo dá-se com *hippazesthai* (‘cavalgar’) e *katakremnizesthai* (‘atirar-se de um precipício’) e *heliasthai* (‘aquecer-se ao sol’). Mas não falamos desse jeito porque seria contra o uso comum. Da mesma

sintáticas sob o nome de *idiomata* ou *skhemata* (lit. ‘poses’), ou seja, *figuras*, divididas em gramaticais e retóricas, na tradição retórica, por exemplo, por Quintiliano, *Inst.* 9.1.14, cf. Lausberg, 1998, p. 233 ss.

forma, nem *lueso*,²³ nem *fereso*,²⁴ e todas as outras que se adequam à analogia não são ditas devidamente, porque não são ditas de acordo com o uso comum.

[218] Na verdade, se afirmamos que fala trácio muito bem aquele que fala conforme é usual entre os trácios; e que fala o mais belo latim, quem se expressa como é habitual entre os romanos; conseqüentemente, fala grego com propriedade aquele que fala como é usual entre os gregos: seguindo o uso, portanto, e não a regra. Assim sendo, por seguirmos o uso, e não a analogia, é que falamos grego corretamente.

[219] E, em geral, a analogia ou concorda com o uso, ou discorda dele. E, se concorda, em primeiro lugar, visto que o uso não é algo *técnico*, tampouco a analogia viria a ser uma arte, pois o que concorda com o não *técnico*, será ele mesmo, sempre, não *técnico*. E, em segundo lugar, se o que é grego correto conforme o uso comum é correto conforme a analogia, já que ela concorda com o uso, então, o que está de acordo com o uso será correto. [220] E, já que as coisas são assim, não haverá necessidade de recorrer à analogia para avaliar a correção: temos para isso o uso. E se a analogia discorda do uso, introduzindo um uso totalmente diferente – como um barbarismo, por assim dizer – cairá em descrédito, e, geradora de obstáculos, torna-se completamente inútil.

[221] Devemos argumentar também com base na consistência de sua arte. Pois, tendo reunido alguns teoremas universais, pretendem usá-los para julgar se cada palavra em particular está correta ou não. E não podem fazer isso porque

²³ {κ}<λ>υήσω, já que κυήσω (*lueso*) seria uma forma correta, usada mesmo como paradigma no § 195.

²⁴ Formas de futuro inexistentes, ver acima § 195.

sua regra universal não foi aceita como tal, e tampouco preservaria uma natureza universal se aplicada diferentemente.

[222] Tomemos, com relação a isso, alguns exemplos dos próprios gramáticos. Supondo que há uma questão acerca de uma palavra em particular, por exemplo, sobre se *eumenes* ('favorável') pronuncia-se, no caso oblíquo, sem o -ς (*sigma*): *eumenou*, ou com o -ς (*sigma*): *eumenous*: os gramáticos aparecem proclamando uma regra universal com a qual pretendem dar por encerrada a questão. Afirmam eles que: "todo nome não²⁵-simples, que termina em -ης (*eta sigma*) e é oxítono, será necessariamente pronunciado no genitivo com -ς (*sigma*), por exemplo, *euphuos* ('gracioso'): *euphuous*, *eusebes* ('pio'): *eusebous*, *euklees* ('famoso'): *eukleous*. Por isso, já que também *eumenes* é acentuado na última sílaba como os outros, a exemplo destes deverá ser pronunciado com o -ς (*sigma*): *eumenous*."

[223] Contudo, não perceberam, esses homens admiráveis, que, em primeiro lugar, a pessoa que julga adequado dizer *eumenou* não concede universalidade a sua regra: *eumenes*, dirá, mesmo sendo um nome não²⁶-simples e oxítono, não se pronuncia com o -ς (*sigma*). Todavia, os gramáticos se apressam em dar por resolvido o que se está questionando.

[224] E, em segundo lugar, se a regra é universal, terá sido proposta após percorrerem todas as palavras em particular e perceberem a analogia entre todas elas, ou então foi proposta sem que tenham percorrido todas as palavras. Porém, não haveriam de ter percorrido todas as palavras, pois são infinitas, e não há conhecimento do infinito. E, se percorreram somente algumas delas, como poderiam saber que todo nome é do modo

25 <οὐχ> Blank, 1998, *ad loc.*

26 <οὐχ> Blank, 1998, *ad loc.*

como dizem? Pois não é verdade que o atributo de alguns nomes seja atributo de todos.

[225] Mas há os que se opõem a isso de maneira ridícula, argumentando que uma regra universal é estabelecida a partir da maioria dos casos. Não teriam enxergado, que, em primeiro lugar, uma coisa é o universal, e outra completamente diferente a ‘grande parte’ dos casos: o universal jamais se revela falso, mas, o que vale²⁷ para a ‘grande parte’, eventualmente sim.

[226] E, em segundo lugar, mesmo que o universal proceda de muitos casos, aquilo que é atributo de muitas palavras, não é sempre e necessariamente também atributo de todas as outras do mesmo tipo. Mas, exatamente como em muitos outros domínios, a natureza às vezes dispõe tipos únicos – como a víbora cornuda, entre infinitas espécies de serpentes; e o elefante com sua tromba, entre os quadrúpedes; ou, entre os peixes, o tubarão, que é vivíparo; e, entre as pedras, o imã, que atrai o ferro – assim, é razoável existir, dentre muitas palavras que se declinam da mesma forma, uma que não se declina como muitas. [227] Por isso, deixemos de lado a questão sobre a palavra ser ou não análoga a muitas outras, e examinemos como o uso se serve dela, se de forma análoga às outras ou como um tipo particular, e, tal como for utilizada, assim nós iremos pronunciá-la.

[228] Cercados por todos os lados, os gramáticos desejam inverter a aporia em seu favor. Assim, dizem que os usos são muitos: um próprio dos atenienses, outro dos lacedemônios; e, entre os atenienses, novamente, o uso antigo difere do atual, que sofreu mudanças; também não é o mesmo o uso daqueles que vivem no campo e o dos que residem na cidade, o que teria motivado a frase de Aristófanis, o comediógrafo:

²⁷ Blank, 1998, *ad loc.*: com Blomqvist, 1968, p. 80, não inserção de <ἐπι>.

*Falando a língua normal da cidade,
sem efeminações cosmopolitas,
ou grosserias provincianas.*²⁸

[229] Havendo muitos usos, eles se perguntam: “qual devemos seguir? Porque não parece ser possível nos adequarmos a todos, já que, frequentemente, são conflitantes; nem parece possível seguir a um deles, a menos que tenha sido escolhido por meio da arte.” Mas, primeiro, diríamos nós, perguntar qual uso se deve seguir é o mesmo que admitir que não existe a arte da correção. Porque esta, e me refiro à analogia, é a teoria acerca do similar e do diferente: você toma o que é similar e o que é diferente do uso e, se for uma forma de uso corrente, você a utiliza, se não for, não a utiliza. [230] Portanto, também nós queremos saber: de qual uso você toma o similar e o diferente? Pois são muitos os usos, além de conflitantes com frequência. E seja qual for a resposta que der a isso, também será essa a resposta que ouvirá de nós.

[231] E, assim, sempre que você disser que barbarismo é “o desvio do uso comum em uma só palavra”, iremos nos intrometer perguntando a qual dos muitos usos que existem você se refere e, seja qual for sua resposta, diremos também nós que o seguimos.

[232] De forma que compartilhamos a aporia, mas solucioná-la, para nós, não é aporético. Pois existem entre os usos uns que são próprios dos saberes, e outros da vida cotidiana. Por exemplo, alguns termos são aceitos na filosofia e também na medicina de modo particular, e ainda na música e na geometria; porém existe um uso simples, próprio da vida cotidiana das pessoas comuns (*idiotai*), que difere entre cidades e povos.

²⁸ Frag. 685 Kock = 706 Kassel-Austin.

[233] Consequentemente, na filosofia, nos alinharemos ao uso dos filósofos, na medicina, nos adequamos ao jargão médico, e na língua viva (*ho bios*), ao que seja mais usual, menos extravagante, e próprio do local onde estamos.

[234] Por isso, quando há duas formas de dizer alguma coisa, tentaremos nos adaptar às pessoas presentes e dizer aquilo que não provoque o riso, independente do que possa vir a ser a coisa por natureza.²⁹ Por exemplo, um mesmo objeto é chamado tanto *artophorion* ('porta-pães') como *panarion* ('cesta'); um outro, tanto *skaphion* ('penico') como *hamis* ('urinol'), e assim também *igdis* ('almofariz') e *thuia* ('pilão'). Nós, no entanto, nos alinharemos ao uso claro e adequado que não seja motivo de riso para nossos empregados, nem para as pessoas comuns, e diremos *panarion* ('cesta'), ao invés de *artophorion* ('porta-pães'), mesmo sendo barbarismo; e *skaphion* ('penico'), não *hamis* ('urinol'); e diremos *thuia* ('pilão') de preferência a *igdis* ('almofariz').³⁰

[235] Em um debate, novamente consideraremos os presentes e evitaremos palavras vulgares, seguindo um uso menos coloquial e mais culto. Pois, da mesma forma que o uso culto é motivo de risada entre as pessoas comuns, assim também a linguagem popular junto aos cultos. Portanto, se habilmente endereçarmos a cada ambiente a expressão apropriada (*prepon*), nosso grego soará correto e irrepreensível.

[236] Além disso, já que reprovam o uso comum como anômalo e diverso, também nós iremos reprová-los com base no mesmo argumento. Pois, se a analogia é a comparação do similar, e o similar provém do uso comum, e o uso comum é

²⁹ Ver § 49 e 55 (cf. Prezotto, 2018), a gramática completa investiga a natureza de seus objetos.

³⁰ Blank, 1998, *ad loc.*: modificações - ἀρτοφόριον σκάφιον ἀμῖς πορ ἀρτοφορίδα σταμνίων ἀμίδιον, permanência de <καὶ ἰδιωτῶν>.

anômalo e instável, necessariamente a analogia também não terá regras fixas.

[237] E isso se verifica em nomes, verbos, participios e, de maneira geral, em todos os outros. Por exemplo, alguns nomes, mesmo sendo similares e análogos no caso nominativo, são diferentes nos casos oblíquos e não se declinam de forma análoga. Assim: *Ares Khares* [nom.]: *Areos Kharetos* [gen.]; *Memnon Theon*: *Memnonos Theonos*; *Skopas Abas*: *Skopa Abantos*.³¹

[238] No caso dos verbos, muitos têm a forma similar no presente e não se conjugam de maneira análoga nos outros tempos. Por exemplo: *heuriskei* (descobrir) *areskei* (agradar): *heureken arereken*; enquanto a conjugação de alguns é defectiva, e há *ektone* (matar) mas não **ektanke*, e diz-se *aleliptai* (untar), e jamais **eleiptai*. No caso dos participios, temos: *boon* (gritando) *saron* (limpando) *noon*: *boontos sarountos noountos*; e entre os nomes genéricos: *anaks* (senhor) *abaks* (tábua): *anaktos abakos*; *graus* (velha) *naus* (barco): *graos neos*.

[239] E se passa exatamente assim em muitos outros casos parecidos: *arkhon* utiliza-se como nome de pessoa e também para designar ‘o que governa’ [particípio substantivado], e no primeiro caso o genitivo é *Arkhonos*, mas o genitivo do particípio é *arkhontos*. E, de modo similar: *menon*, *theon*, *neon*, que podem ser participios [‘o que espera’; ‘o que corre’; ‘o que nada’] ou nomes próprios, possuindo diferentes declinações, pois o nome próprio tem genitivo em *Menonos*, enquanto o particípio em *menontos*, e *Theonos* é o genitivo do nome próprio, mas *theontos* do particípio. [240] Em todo caso, fica

³¹ Blank, 1998, p. 236-40: οἶον Ἄρης Χάρης {χάρτης} – Ἄρεως Χάρητος {χάρτου}, καὶ Μέμνων Θεών {λέων} – Μέμνονος Θεώνος {λέοντος}, Σκόπας {μέλας} Ἄβας – Σκόπα {μέλανος} Ἄβαντος.

claro, a partir desses exemplos, que o uso é cheio de anomalias e por isso as regras da analogia não podem ser fixas, pelo contrário, é necessário abandonar essas regras e ater-se às formas que aparecem no uso, sem se preocupar com o que é análogo.

Sobre etimologia

[241] Os mesmos argumentos devem ser contrapostos aos gramáticos quando querem decidir a correção baseando-se na etimologia.³² Pois, uma vez mais, ou a etimologia concorda com

³² *Etimologia* não deve, convém enfatizar, ser tomada em seu sentido moderno. A etimologia grega foi descrita no *Sch. DThr.* (ver *GG I III* p. 14-15, 20-29, 169) como uma ‘abertura’ (*anaptuksis*) da palavra que desvenda o ‘verdadeiro’. Os exemplos em § 243 e 244 deixam entrever o abismo. A etimologia, tal como Sexto a apresenta aqui, teria sido considerada um dos modos de autenticar vocábulos como legítimas expressões do grego correto, através da prova de sua ligação ‘verdadeira’ com a coisa nomeada. A autenticidade do vocábulo é explicitada frequentemente na descoberta de um sintagma que, contendo elementos sonoros ou gráficos semelhantes, expressa, no entanto, o conteúdo conceitual relacionado à palavra, portanto, tal sintagma ‘explicaria’, ‘desvendaria’ a palavra. Tal explicação contém, frequentemente, um verbo que desenvolve a relação. Ver a diferença com a ‘palavra pronunciada espontaneamente’, i.e., sem ligação ‘atestada’ com a coisa que nomeia. A etimologia parece ter sido usada não só como um argumento de autoridade, vinculado à erudição, mas também como um processo de aquisição e memorização de vocabulário e, assim, de conhecimento. Por seu papel na aquisição de conhecimento é que foi tópico de discussões filosóficas. Por outro lado, é preciso ter em mente que conferir um determinado conteúdo para os nomes envolve necessariamente uma interpretação de sua relação com o que ele nomeia e revela, portanto, uma visão de mundo. Assim, então, a etimologia parece conter o pressuposto de uma ligação não-aleatória entre nome e coisa, aliás, uma ligação em que o nome é como um presságio da verdadeira natureza da coisa, um presságio ligado à sabedoria dos primeiros homens e à natureza do real, demandando interpretação e provendo revelação. Contudo, o critério de admissão das modificações e associações possíveis, para além de ser aparentemente obrigatório guardar alguma semelhança fonética, parece ser apenas a relação entre a criatividade do intérprete e o gosto de seu público. Ver a discussão da origem da linguagem no *Crátilo* de Platão em que os exemplos de etimologia antiga abundam

o uso, ou discorda dele. E, se concorda, é dispensável; mas se discorda, não deve ser utilizada, pois causa mais obstáculos que os próprios barbarismos ou solecismos.

De modo geral, cabem aqui as mesmas objeções (*antirreseis*) anteriormente expostas. [242] E convém ainda apontar uma mais específica: o nome (*onoma*) que for julgado correto por meio da etimologia, precisa em todos os casos ter palavras precedentes que sejam étimos, ou cessar em palavras que foram vocalizadas naturalmente. Mas, se procede em todos

e são alvos da ironia socrática. Os estoicos, no entanto, parecem ter compreendido que Platão defendia a etimologia. A etimologia parece ter sido vista como uma importante ferramenta da investigação filosófica pelos estoicos e foi mesmo considerada característica desta escola (cf. Cícero *ND* III 62ss, *De off.* I 23). Crisipo (*SVF* ii.896), por exemplo, teria derivado *kardia* ('coração') de *kratesis* ('poder') e *kuria* ('autoridade'), assim, o 'coração', compreendido como 'sede da parte dominante da alma', teria sido nomeado a partir daquelas duas palavras. De modo que a etimologia teria revelado um 'fato' a partir da 'reversão' do processo de formação (corrupção) da linguagem. Havia mesmo uma tentativa de colocar em paralelo processos de formação de conceitos e formação de palavras como análogos. Ver Tieleman, 1996, p. 196 ss. Na argumentação de Sexto, percebe-se uma tensão entre as palavras cuja etimologia se descobre e as que foram naturalmente (*phusikos*) pronunciadas: para os estoicos, as primeiras palavras estariam todas naturalmente adequadas ao que nomeiam, elas seriam assim 'corretas por natureza' – lembrando que existe, nesse estágio primordial, aquele que sabiamente nomeia as coisas conforme a sua natureza. Mas, para os estoicos, a 'correção' está relacionada à, digamos, harmonia do mundo, e não confinada ao padrão do helenismo. A função da etimologia no estoicismo, portanto, não é a de 'autenticar' que um vocábulo é grego. Para os gramáticos, no entanto, para carimbar uma expressão como grego correto, não deveria poder bastar, como parece ser o argumento de Sexto, que se apontasse apenas a correção da expressão analisada, mas seria necessário também que o fizessem com todas aquelas que compõem a explicação desta, pois todas deveriam ser julgadas pelo critério do grego correto: o etimológico. Não pode haver o *a priori* estoico de que são 'corretas' por natureza. Assim, ou há o regresso ao infinito, ou o processo aponta algumas palavras *naturalmente* pronunciadas e as aceita, sem fazer sua etimologia: mas, então, teriam admitido a correção pelo critério do uso, e não da etimologia, provando sua inutilidade.

os casos de étimos, em um regresso ao infinito, a etimologia não terá começo, e não saberemos se a palavra em questão é correta, porque desconhecemos qual é a situação daquela primeira de que descende. [243] Para exemplificar: se *lukhnos* ('lâmpada') vem de *luein to nukhos* ('dissolver a escuridão'), teríamos que verificar se *nukhos* se diz a partir de uma expressão correta, e se esta última, de novo, de outra. Deste modo, a sequência estende-se ao infinito, e torna-se impossível descobrir a palavra que foi pronunciada primeiro, assim é inapreensível se *lukhnos* está dito corretamente.

[244] E, se a etimologia da palavra cessar em palavras que não são étimos, do mesmo modo que essas são admitidas não porque se descobriu a etimologia, mas porque aparecem constantemente no uso, assim também acabaremos por admitir a palavra cuja correção se quer julgar com a etimologia: será admitida não por causa da etimologia, mas por causa do uso. Por exemplo: *proskephalaion* ('travesseiro') vem de *tei kephalei prostithesthai* ('colocar na cabeça'), mas tanto *kephale* ('cabeça'), quanto *pros* ('em'), que é uma preposição,³³ diz-se não serem étimos.³⁴ [245] Assim, visto que se aceitam tais palavras sem etimologia por causa de seu uso corrente, assim também *proskephalaion* será aceita, independente de sua etimologia.

Além disso, às vezes uma mesma coisa tem dois nomes, um deles suscetível de etimologia o outro não, mas isso não faz com que o étimo seja grego correto e o outro seja bárbaro, mas um e

³³ *Prothesis* é usado para referir-se à 'prefixação' somente por Apolônio Díscolo (*Pron.* 58. 16; *Synt.* 311.1), enquanto em Dionísio Trácio (*DThr.* 18) e Dionísio de Halicarnasso significa 'preposição'. Conforme Janko, 1995, p. 226.

³⁴ Este exemplo é interessante: a origem da palavra composta de *pros* e *kephale* é um sintagma que explica o que é o objeto nomeado – no desdobramento, o verbo é o elemento agregador principal. Contudo, Sexto afirma que não se 'descobriu' nem a etimologia de *pros* nem de *kephale*.

outro estão igualmente corretos. [246] Por exemplo, o que nós chamamos *hupopodion* ('banquinho para pés') os atenienses e habitantes de Cós chamam de *khelonis* ('tartaruga'): *hupopodion* [lit. 'embaixo dos pés'] existe como um étimo³⁵, mas não *khelonis*; e não é por isso que se diria dos atenienses que não sabem falar grego, e que nós falamos o grego correto: pois todos falamos grego corretamente.

[247] Portanto, tal como se diz que falam corretamente não por causa da etimologia, mas pelo uso mesmo, também nós usaremos o grego corretamente não por nos fiarmos na credibilidade da etimologia, mas por utilizarmos palavras correntes no uso comum.

Com o que foi dito fica suficientemente comprovado que a parte *técnica* da gramática é insubsistente.³⁶ A seguir, passamos à parte 'histórica'.

Bibliografia

- BEKKER, I. (ed.) (1842). *Sextus Empiricus*. Berlin, G. Reimer.
- BLANK, D. (1998). *Sextus Empiricus. Against the Grammarians (Adversus Mathematicos I)*. With an introduction and commentary. Oxford, Clarendon Press.
- BLOMQUIST, J. (1968). *Textkritisches zu Sextus Empiricus*. *Eranos* 66, p. 73-100.
- BRITO, R. P.; HUGUENIN, R. (trads.) (2015a). *Sexto Empírico. Contra os Gramáticos*. São Paulo, EdUNESP.

³⁵ Semelhante a *proskephalaio*: provavelmente seria algo como *tou podiou hupotithesthai* ('pôr embaixo do pé').

³⁶ É digno de nota que uma proposição positiva tenha acompanhado reiteradamente a argumentação desta seção do texto: a de que, na linguagem, basta seguir o uso comum. E esta não é uma proposta, aparentemente, feita para o homem ordinário seguir seu caminho, mas para convencer o *filósofo* a voltar sua atenção e prática à observação da vida comum.

BRITO, R. P.; HUGUENIN, R. (2015b). Tradução de Sexto Empírico *Contra os Gramáticos* 176-218. *Veredas* 19, n. 1, p. 198-210.

BURY, R. G. (1939). *Sextus Empiricus*. 4 vols. Loeb Classical Library. Cambridge, Harvard University Press. (1939-1949).

DALIMIER, C. (2002). *Contre les grammairiens*. In: PELLEGRIN, P. *Sextus Empiricus. Contre les professeurs*. Introduction, glossaire et index. Paris, Éditions du Seuil, p. 67-245.

FREDE, M. (1987). *Essays in ancient philosophy*. Minnesota, University of Minnesota Press.

JANKO, R. (1995). Crates of Mallos, Dionysius Thrax and the Tradition of Stoic Grammatical Theory. In: AYRES, L. *The Passionate Intellect*. Essays on Transformation of Classical Tradition. New Jersey, Rutgers University, p. 213-234.

LAUSBERG, H. (ed.) (1998). *Handbook of Literary Rhetoric*. Leiden, Brill.

MAU, J.; MUTSCHMANN, H. (eds.) (1961). *Sexti Empirici opera*. vol. 3. 2 ed. Leipzig, Teubner.

PAGANI, L. (2014). Linguistic Correctness (*hellenismos*), Ancient Theories of. In: GIANNAKIS, G. (ed.). *Encyclopedia of Ancient Greek language and Linguistics*. Vol. 2 G-O. Leiden, Brill.

PREZOTTO, J. (2017). Tradução anotada da introdução (M1.1-40) do *Contra os Professores* (M 1-6) de Sexto Empírico: argumentação geral contra a existência do ensino. *Phaos* 17, n. 1, p. 155-186.

PREZOTTO, J. (2018). *Contra os Gramáticos*, de Sexto Empírico: tradução anotada, primeira parte (M 1. 41-96). *Hypnos* 40, p. 1-30.



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado.